

Superior Tribunal de Justiça

Ag no RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.749 - MT (2018/0134529-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ
ADVOGADO : CLÁUDIO STABILE RIBEIRO E OUTRO(S) - MT003213
AGRAVADO : R DE M C M (MENOR)
REPR. POR : S DE M C M
REPR. POR : R DA S M
ADVOGADO : ANDERSON ROSA FERREIRA ZELASKI - MT014156
AGRAVANTE : R DE M C M (MENOR)
REPR. POR : S DE M C M
REPR. POR : R DA S M
ADVOGADO : ANDERSON ROSA FERREIRA ZELASKI - MT014156
AGRAVADO : ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ
ADVOGADO : CLÁUDIO STABILE RIBEIRO - MT003213

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **R DE M C M (MENOR)**, às fls. 624-631, e-STJ, em face de decisão denegatória de seguimento ao recurso especial (fl. 591-593, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fl. 435, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — PARTO — LESÃO FLEXO BRAQUIAL — OPÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE PARTO NATURAL AO INVÉS DO PARTO CESAREA — MELHOR PROCEDIMENTO NÃO ADOTADO - NEXO CAUSAL DEMONSTRADO — RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL COMPROVADA — INDENIZAÇÕES CABÍVEIS — SENTENÇA REFORMADA — RECURSO PROVIDO. 1. Demonstrado que não foi adotado o melhor procedimento/método para realização do parto, não é possível afastar a responsabilidade de nosocômio pela ocorrência de lesão no infante sofrida durante realização de parto natural. 2. Cabível a indenização por dano moral quando demonstrado que o ato praticado extrapola o campo do mero aborrecimento. 3. Compete ao ofensor o custeio de todo tratamento prescrito por profissional competente à vítima de lesão por ele provocada.

Os embargos de declaração opostos pela ora agravante foram colhidos (fls. 507-512, e-STJ) para fixar o termo inicial da pensão mensal como sendo a data do nascimento da autora. Os aclaratórios da parte adversa foram rejeitados (fls. 514-519, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 541-552, e-STJ), a insurgente apontou violação ao artigo 944 do Código Civil, ao argumento de que o valor da indenização foi

Superior Tribunal de Justiça

fixado em valor ínfimo. Pugna, ao final, pela majoração da verba indenizatória.

Contrarrrazões às fls. 573-585, e-STJ.

O Tribunal local negou seguimento ao recurso especial (fls. 591-593, e-STJ), por entender que a recorrente não indicou o dispositivo legal violado, aplicando o teor da Súmula 284/STF.

Interposto o presente agravo (fls. 597-604, e-STJ), buscando destrancar o processamento do apelo, no qual a insurgente refuta o aludido óbice.

Contraminuta às fls. 608-619, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. Razão assiste à agravante quando afirma ter indicado o dispositivo legal que entende por violado. É o que se vê à fl. 544, e-STJ das razões de recurso especial.

Inaplicável, portanto, o teor da Súmula 284/STF.

Com efeito, restaram atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo.

Ademais, da análise do recurso especial, constata-se a relevância das razões deduzidas, o que autoriza a reautuação dos autos, nos termos do artigo 34, inciso XVI, do RISTJ, sem prejuízo do ulterior juízo definitivo de admissibilidade acerca do apelo extremo.

2. Do exposto, **dou provimento** ao agravo interposto por **R DE M C M (MENOR) E OUTRO** às fls. 624-631, e-STJ, impondo-se a sua conversão em recurso especial, com o escopo de permitir uma melhor análise da matéria.

Publique-se.

Intimem-se.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Após, voltem conclusos para julgamento dos recursos especiais.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator